



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA-TO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**CLEICIANE SANTOS DA SILVA**

**A TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL DOS ACADÊMICOS LGBTQIAPN+ EM  
CURSOS DE GRADUAÇÃO E AS ADVERSIDADES DE PERMANÊNCIA NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT) CAMPUS  
ARAGUAÍNA**

**Araguaína, TO**

**2025**

CLEICIANE SANTOS DA SILVA

A TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL DOS ACADÊMICOS LGBTQIAPN+ E AS  
ADVERSIDADES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE  
DO TOCANTINS (UFNT) CAMPUS ARAGUAÍNA-TO

Artigo apresentado à Universidade Federal do Norte do  
Tocantins (UFNT), Campus Universitário de Araguaína,  
para obtenção do título de licenciada em História, sob  
orientação do Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desiderio

Araguaína, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de  
Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT  
**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237a Santos da Silva , Cleiciane .

ATRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL DOS ACADÊMICOS  
LGBTQIAPN+ E AS ADVERSIDADES DE PERMANÊNCIA NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
(UFNT) CAMPUS ARAGUAÍNA-TO / Cleiciane Santos da Silva . -  
Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.

35 f.

Artigo de Graduação (Graduação - em História) -- Universidade  
Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: Plábio Marcos Martins Desiderio .

1. Discentes LGBTQIAPN+. 2. Universidade UFNT . 3.  
Trajetória socioespacial .

**CDD 901**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada  
a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo  
artigo 184 do Código Penal.

Cleiciane Santos da Silva

A TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL DOS ACADÊMICOS LGBTQIAP+ E AS  
ADVERSIDADES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE  
DO TOCANTINS (UFNT) CAMPUS ARAGUAÍNA-TO

Artigo apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Ciências Integradas de Araguaína, curso de Licenciatura em História. Foi avaliado para a obtenção do título de licenciado em história e aprovado em sua forma final pelo(a) Orientador(a) e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 01/12/2025

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente  
**PLABIO MARCOS MARTINS DESIDERIO**  
Data: 21/05/2026 09:13:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.º Dr. Plábio Marcos Martins Desiderio – Orientador - UFNT



Documento assinado digitalmente  
**MARINA GRIGORIO BARBOSA DE SOUSA**  
Data: 25/05/2026 12:21:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.ª Dra. Marina Grigório Barbosa de Sousa - Membro interno - UFNT



Documento assinado digitalmente  
**ROSARIA HELENA RUIZ NAKASHIMA**  
Data: 23/05/2026 17:44:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.ª Dra. Rosaria Helena Ruiz Nakashima- Membro interno - UFNT

## AGRADECIMENTOS

E com imenso prazer que dedico os meus agradecimentos aos discentes LGBTQIAPN+ que colaboraram e que me inspiraram nesse trabalho, pois sem eles este estudo não se realizaria. Foi observando a luta diária destes discentes no espaço de sala de aula que decidi desenvolver um estudo que analisa a trajetória acadêmica, respeitando a vivência de cada um.

Agradeço ao meu orientador Plábio Marcos Martins Desiderio pela atenção, troca de conhecimento, confiança e paciência no processo de desenvolvimento desse estudo. Ao meu marido Gecivaldo Rodrigues da Silva que me incentivou durante o curso sempre respeitando meus dias e horários de estudo, além de estar sempre disposto a me trazer na faculdade. Sou grata ao meu genro Madson Ferreira que também me auxiliou na questão do transporte quando meu marido não estava presente.

Sou grata às minhas colegas do grupo de trabalho da faculdade Gecimara Santos, Sabrina Martins, Rebeka Dias, Esdryelle Enedina de Paula, pelos incentivos, desabafos e troca de conhecimento porque mesmo sendo pessoas diferentes o respeito e a empatia sempre prevaleceram no grupo. Agradeço aos professores que contribuíram para a minha formação profissional, pois cada um deles me direcionaram a ser uma profissional comprometida, com a ética, moral e o bom senso.

Meus agradecimentos em especial para a Universidade Federal do Norte do Tocantins que me deu a oportunidade de não somente ter um diploma de ensino superior, mas que me proporcionou vivências com pessoas e diversos saberes que me auxiliaram no desenvolvimento pessoal.

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo compreender a trajetória socioespacial dos acadêmicos LGBTQIAPN+ em cursos de graduação e as adversidades de permanência na Universidade Federal do Norte do Tocantins, buscando estudar a trajetória socioespacial dos discentes LGBTQIAPN+ e identificar as adversidades que podem surgir ao longo dessa trajetória acadêmica e que interferem na permanência destes discentes no espaço acadêmico. Propõe-se a estudar sobre a vivência e o processo de resistência dos acadêmicos LGBTQIAP+. Para este estudo a interlocução com diversos autores e autores como Guacira Lopes Louro (2000) e (1997), pois estuda as questões das desigualdades sexuais e de gênero relacionada a discussões de classe, etnia e raça e outros como Nadir Zago (2006) que analisa em seus estudos os estudantes de classe popular e sua permanência no ensino superior. Ramos (2016) aborda em seus estudos, vivências de gêneros, sexualidade e normatividades e violência e os autores Prado e Frederico (2008) que discutem em suas pesquisas sobre sexualidades que fazem parte da estrutura da sociedade, construída pelas hierarquias sociais. A pesquisa foi conduzida por meio do método do estudo de caso de natureza qualitativa e aplicação de entrevista semiestruturada a acadêmicos LGBTQIAPN+. Por fim, o estudo demonstra que, embora políticas institucionais promovam o acesso e permanência dos discentes LGBTQIAP+ as adversidades ainda persistem em diversas áreas, tanto na área social como no emocional. Assim, o estudo contribui para problematizar os desafios encontrados na trajetória socioespacial destes discentes e compreender os processos de resistência.

**Palavras-chaves:** Discentes LGBTQIAP+; Universidade UFNT; Trajetória socioespacial; Resistência.

## ABSTRACT

The research aims to understand the socio-spatial trajectory of LGBTQIAP+ students in undergraduate courses and the adversities of retention at the Federal University of Northern Tocantins, seeking to study the socio-spatial trajectory of LGBTQIAP students and identify the adversities that may arise along this academic trajectory and that interfere with the permanence of these students in the academic space. It proposes to study the experience and process of resistance of LGBTQIAP+ academics. For this study, the dialogue with several authors such as Guacira Lopes Louro, as she studies the issues of sexual and gender inequalities related to discussions of class, ethnicity and race, and others such as Nadir Zago, who analyzes in his studies the students of the popular class and their permanence in higher education. Ramos (2016) addresses in his studies experiences of genders, sexuality and non-norm gender experiences and violence and the authors Prado and Frederico (2008) who discuss in their research sexualities that are part of the structure of society, built by social hierarchies. The research was conducted through a qualitative case study method and the application of semi-structured interviews to LGBTQIAPN+ students. Finally, the study demonstrates that, although institutional policies promote access and persistence of LGBTQIAP+ students, adversities still persist in several areas, both in the social and emotional. Thus, the study contributes to problematize the challenges encountered in the socio-spatial trajectory of these students and to understand the processes of resistance.

**Keywords:** LGBTQIAP+ students; University UFNT; Socio-spatial trajectory; Resistance

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. Caminhos Metodológicos da Pesquisa.....</b>	<b>11</b>
<b>2. Políticas para acesso e permanência dos discentes LGBTQIAPN+ na Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT .....</b>	<b>13</b>
2.1 A questão LGBTQIAP+ nas instituições de educação .....	17
<b>3. UFNT, Trajetória e Diversidade.....</b>	<b>20</b>
3.1 Universidade Federal do Norte do Tocantins .....	20
3.2 Ações afirmativas para os discentes LGBTQIAP+ na Universidade Federal do Norte do Tocantins.....	21
3.3 Os discentes LGBTQIAP+ e os processos de resistência na Universidade Federal do Norte do Tocantins.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29
ANEXO A- ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	32
ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO .....	34

## INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do local social de uma pesquisadora mulher cisgênero heteronormativa, que vivência e observa o cotidiano acadêmico na universidade, as desigualdades e hostilidades que passam os discentes LGBTQIAPN+ e que fazem parte de grupos historicamente negligenciados, o que motivou a problematização apresentada ao longo deste estudo.

Tendo em vista que a Universidade é um ambiente de diversidade de pessoas e de diferentes saberes, encontram-se neste local os discentes que não se identificam com o sexo que lhe foi concedido no momento do seu nascimento, podendo ser chamados de transgêneros, pois, a construção de uma identidade de gênero está relacionado a compreensão, a percepção, é o meio como estas pessoas se identificam socialmente, indo além do sexo que foi designado biologicamente que é o caso das transsexuais e travestis termo reconhecido pelos pesquisadores da área de gênero e sexualidade, entretanto há também neste espaço, gays e lésbicas que se identificam com o sexo biológico, mas de orientação sexual não hegemônica, uma população que ao longo da história é marginalizada e que constituem a comunidade LGBTQIAPN+ no espaço da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

A trajetória socioespacial dos discentes LGBTQIAPN+ na Universidade trata do percurso que estas pessoas seguem desde o ensino médio, o acesso e a permanência no ensino superior e ao longo deste caminho se deparam com os aspectos sociais, desigualdades econômicas, relações sociais no espaço em que transitam. O espaço para Santos (1996) são coletivos inseparáveis de sistemas de relações sociais e ações humanas como o trabalho, compreendendo a sociedade e suas complexidades.

Este estudo surgiu de experiências vividas e relatos ouvidos dos colegas LGBTQIAPN+ no curso de graduação em História na Universidade Federal do Norte do Tocantins Campus de Ciências Integradas, visto que é uma comunidade vulnerável socialmente e que enfrenta diversos obstáculos para sobreviver na sociedade, além disso é importante problematizar os desafios encontrados na trajetória socioespacial destes discentes e compreender os processos de resistência, visando contribuir na construção dos interesses desta comunidade no ambiente do qual fazem parte.

Em diversos momentos históricos a população LGBTQIAPN+ tem sofrido diferentes formas de violências, um dos problemas enfrentados é deslegitimação dessas pessoas nas instituições em que fazem parte, a partir desse contexto de negação, violência, preconceito e desigualdade social que afetam os mais vulneráveis socialmente no nosso país, esta comunidade pode encontrar desafios para sua sobrevivência e sua permanência no ensino superior.

Dessa forma responder a uma demanda que envolve a trajetória que percorrem esta população na universidade e as adversidades que enfrentam para sua permanência na Universidade tornasse um grande desafio, pois, o grupo de pessoas de diversidade sexual e de gênero carregam estigmas relacionados à orientação sexual, sexualidade, visto que enfrentam invisibilidade institucional e sofrem LGBTfobia diariamente mesmo que de forma indireta.

Neste estudo buscaremos compreender a trajetória socioespacial da comunidade LGBTQIAPN + e as adversidades de permanência no espaço acadêmico dos estudantes do curso de graduação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) entre os anos de 2019 a 2024. Entender as adversidades de permanência dos acadêmicos LGBTQIAPN+ na UFNT Campus Araguaína. Problematizando os desafios encontrados na trajetória socioespacial e compreendendo os processos de resistência destes discentes.

Este estudo está fundamentado em autores que abordam a temática questão de gênero acesso e permanência no ensino superior, como Louro (2000) que estuda identidade de gênero, Zago (2006) discute o percurso e a permanência dos discentes de classe popular na Universidade, Ramos (2016) aborda em seus estudos, vivências de gêneros , sexualidade e normatividades e violência e os autores Prado e Frederico (2008) que discutem em suas pesquisas sobre sexualidades que fazem parte da estrutura da sociedade, construída pelas hierarquias sociais. Neste sentido buscaremos responder à pergunta acerca do tema. Quais as trajetórias dos alunos LGBTQIAPN+ e as adversidades que enfrentam para sua permanência na Universidade Federal do Norte do Tocantins?

Neste estudo recorreremos ao método de pesquisa estudo de caso, este método de pesquisa busca entender detalhadamente situações, grupos, acontecimentos e suas particularidades, foi essencial para a compreensão dos fatos e experiências dos envolvidos, a pesquisa será de natureza qualitativa, as técnicas de coletas e análises de dados consistiram em entrevista semiestruturada buscando a compreensão da trajetória socioespacial LGBTQIAPN+ na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) Campus- Araguaína- Centro de Ciências Integradas CCI e Faculdade de Ciências da Saúde -FCS entre os anos de 2019 e 2024.

O estudo está dividido em três tópicos. No primeiro momento abordaremos os caminhos que percorremos para realização do estudo. Em segundo momento abordaremos as Políticas de Acesso e Permanência para os discentes LGBTQIAPN+ apontando os desafios de acesso a plataforma Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO) na Universidade Federal do Norte do Tocantins, as vivências dos estudantes as relações interpessoais a questão LGBTQIAPN+ nas instituições de educação que têm promovido ações para disseminar a violência o preconceito contra alunos LGBTQIAPN+, mas este ainda persiste nos espaços educacionais mesmo que de forma velada. No terceiro momento trataremos sobre a Universidade Federal do Norte do Tocantins e sua origem espaço de conhecimento e diversidades, as Ações Afirmativas (AA) para os discentes, medidas responsáveis pela ampliação do acesso e diversidade no ensino superior e os processos de resistência na UFNT e de que forma os estudantes encontram para resistir e superar as dificuldades durante a permanência nos cursos de ensino superior.

As políticas de Acesso e Permanência no ensino superior representam instrumentos essenciais para a efetivação do direito a educação, principalmente ao público que desde sempre são minorizados, como é o caso dos discentes de diversidade de gênero. Na Universidade estas políticas têm a função primordial no combate às desigualdades sociais e da evasão acadêmica, dessa maneira discuti esta política para este grupo ocasiona em compreender em como a universidade se posiciona enquanto a espaço de efetivação de direito, e como estas ações se materializam na realidade deste grupo e ao mesmo tempo em que as adversidades de acesso comprometem a não efetivação destes direitos.

## **1. Caminhos Metodológicos da Pesquisa**

Neste estudo recorreremos ao método de pesquisa estudo de caso, a pesquisa foi de natureza qualitativa, as técnicas de coletas e análises de dados consistiram em entrevista semiestruturadas, buscando a compreensão da trajetória socioespacial LGBTQIAPN+ na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) Campus- Araguaína- Centro de Ciências Integradas (CCI) e Faculdade de Centro de Ciências da Saúde (FCS) entre os anos de 2019 e 2024. O estudo de caso foi essencial para esta pesquisa, pois me permitiu fazer uma análise específica dos fatos investigados e sua conjuntura. Esta abordagem proporcionou a compreensão dos fatos e suas especificidades e as vivências das pessoas comprometidas com a pesquisa, colaborando para as interpretações relevantes dos dados e para análise acerca da temática.

As análises das entrevistas constataram que os estudantes a maior parte vieram de escola pública e se dividiram em residentes de Araguaína e aqueles que moravam em cidades próximas, com o egresso na universidade por meio de ações que favorecem o acesso ao ensino superior como Processo Seletivo (PSE Enem) ; Sistema de Seleção Unificada (SISU) e vestibular se deslocaram para a cidade de Araguaína, pois esta mobilidade implicava em facilitar a dinâmica de estudos e a rotina pessoal destes estudantes

Para a realização do estudo de caso foram entrevistados 10 discentes com idade entre 21 e 34 anos com predominância na faixa etária de 22 anos a 25 anos. Em relação a orientação sexual foram entrevistados: 2 (dois) discentes gays, 3 (três) lésbicas, 1(um) bissexual, 1 (um) pansexual e de identidade de gênero 2 (duas) transsexuais e 1(um) não- binaria. No que se refere ao curso de origem, os discentes estão matriculados em diferentes cursos no qual foram entrevistados 2 (dois) acadêmicos História, 2 (dois) de Letras, 2 (dois) de Química, 1(um) de Física, 2 (dois) de Medicina e 1(uma) de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT).

Neste estudo buscou-se compreender a trajetória socioespacial da comunidade LGBTQIAPN + e as adversidades de permanência no espaço acadêmico dos estudantes do curso de graduação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) entre os anos de 2019 e 2024. Entender as adversidades de permanência dos acadêmicos LGBTQIAPN+ na UFNT Campus Araguaína Centro de Ciências Integradas (CCI) e Faculdade de Centro de Ciências da Saúde (FCS).

A delimitação da pesquisa nos espaços institucionais está relacionada a maior a proximidade da pesquisadora com discentes, que possibilitou melhor acesso e construir laços de confiança, pelo fato de se tratar de um tema sensível e assim problematiza os desafios encontrados na trajetória socioespacial, compreendendo os processos de resistência destes discentes LGBTQIAP+. Segundo Minayo (2012, p.12), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, o que possibilita a estudar o contexto social de forma significativa.

O estudo se caracteriza como estudo de caso, por se centralizar na Universidade Federal do Norte do Tocantins-UFNT e estudar as especificidades dos alunos LGBTQIAPN+. Conforme argumenta Minayo (2012), o estudo de caso permite entender de forma detalhada os acontecimentos sociais complexos e sua conjuntura, e o observar as interações e seus significados.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas, por se tratar de um tema delicado foram realizadas em locais reservados da universidade, os participantes assinaram o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assegurando o sigilo e respeito a identidade dos entrevistados foram criados nomes fictícios, o material foi transcrito e analisado com foco na análise de conteúdos, buscando identificar os desafios para permanência no ensino superior. Segundo Minayo:

A entrevista semiestruturada pode ser definida como uma modalidade de entrevista que possibilita ao pesquisador intercalar perguntas abertas e fechadas, de modo que a pessoa entrevistada discorra sobre um tema sem se preocupar em responder delimitadamente à pergunta a ela dirigida.” (MINAYO, 2014, p. 267)

É relevante ressaltar que as análises acerca do tema nos tópicos 1.1 e 1.2, apresentam as políticas institucionais e questões LGBTQIAPN+ nas instituições de educação, os dados e interpretações foram coletados a por meio da das entrevistas, permitindo que as vivências e impressões dos acadêmicos LGBTQIAPN+ fundamentem a pesquisa sobre o tema.

As interpretações aprofundadas também serão demonstradas nos tópicos 3 “UFNT, Trajetória e Diversidade” e onde se pesquisa as ações afirmativas na universidade e os processos de resistência vivenciados pelos acadêmicos, relacionando com os referências teóricos, observa-se ainda que nas entrevistas os estudantes vivenciam cenários de hostilidade, mas também criam espaços de resistência e apoio no campus.

## **2. Políticas para acesso e permanência dos discentes LGBTQIAPN+ na Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT**

Com a constituição de 1988 a educação se materializou como direito social. Na década de 90 a presença dos discentes de classe média alta, era maior em relação aos discentes de classe baixa nas Universidade Federais. Houve evolução nas discussões sobre o tema o que resultou na concretização das políticas afirmativas. Em 1999 o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e instituído, o programa visa financiar cursos em instituições privadas para estudantes de classe popular, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2001 torna-se porta de entrada para as universidades, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2024 e criado com objetivo de disponibilizar bolsas integrais e parciais em universidades privadas.

Com foco na permanência dos estudantes na universidade em 2008 e constituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010 torna a nota do ENEM critério para o ingresso para universidades públicas, no ano de 2012 a Lei 12.711/2012 lei de cotas reserva vagas em universidades públicas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas. É nesse contexto que os acadêmicos

LGBTQIAPN+ que são de classe popular de raça negra ou pardo, historicamente possuem menor representatividade na universidade públicas e privadas, ao mesmo tempo em que vivenciam a discriminação, e desta forma tornaram-se beneficiários dos programas e políticas de Acesso e Permanência.

No Brasil ainda é inexistente uma lei ampla que trate dos direitos e particularidades desta população. No decorrer do tempo ocorreram vários avanços se tratando dos direitos destes discentes, baseando-se nas normas fundamentais da constituição, em 2011 o Supremo Tribunal Federal de Justiça (STJ) abordou vastas questões de princípios constitucionais, dessa maneira foram colocadas em pauta a questão da união estável homoafetivo, descriminalização da homossexualidade no âmbito militar, direitos sucessórios, direitos transexuais, criminalização da homotransfobia, doação de sangue por homossexuais, e as discussões de gênero e orientação sexual no contexto educacional. Dessa forma o que há são conciliações de leis e decretos que normatizam os direitos destas pessoas.

Na conjuntura atual há nas instituições educacionais as políticas de inclusão e as políticas de acesso ao ensino superior que visam estimular a equidade no ensino superior, garantindo a inclusão de grupos considerados como minorias a oportunidade de egresso no ensino superior, proporcionando condições para que consigam concluir seus estudos.

As medidas tomadas pela Universidade Federal do Norte do Tocantins por meio das políticas de acesso e permanência abrange o a admissão através dos processos seletivos respeitando a identidade de gênero e o nome social, tornando o local um ambiente inclusivo promove esforços para a conscientização sobre diversidade, obtendo campanhas de apoio psicológicos para discentes LGBTQIAP+, se posicionando por meio de uma política que seja contra as forma de discriminação e preconceito, estimulando a representatividade por meio de grupos e organização estudantil e apoiando as pesquisas e projetos que abordem o tema sobre diversidade sexual. Além de possuir uma infraestrutura que atendam as necessidades destas pessoas como relata a acadêmica Ana quando perguntada se conhece alguma política de apoio ao discente na universidade.

“Sim, conheço a política que foi implementada alguns anos atrás, que é a questão do uso do nome social, que inclusive é uma coisa bastante importante para as pessoas transgênero, inclusive eu uso, e é isso”. (Acadêmica Ana, 2024)

O direito ao nome social é assegurado pelo Decreto nº. 8.727/2016, assim o nome social é a maneira que a pessoa se identifica diante da sociedade no exercício de seus direitos e suas responsabilidades. A adoção da política pelas universidades colabora para a diminuição de violências, de constrangimentos no espaço universitário, sendo chamado conforme a sua

identidade de gênero. Segundo a autora Jesus (2012, p. 18) “a utilização do nome social é reconhecimento institucional de vivências e a legalidade destas identidades. Importantíssimo para luta contra a invisibilidade e assegurando a igualdade na educação”.

De família com condições financeiras limitadas, os estudantes buscam nas Políticas de Permanência possibilidades que garantam o progresso da sua trajetória acadêmica, valendo-se de auxílios, bolsas de programas e restaurante universitário e desta forma diminuir a evasão universitária. Uma das acadêmicas ressaltou:

Na universidade, a gente vem relatando isso, né, que esses sujeitos existem que eles estão aqui e estudam aqui e precisam de políticas específicas para a permanência dentro da universidade porque o que a gente entende, o que a gente vê é muita violência no âmbito institucional justamente por essa invisibilidade, invisibilização que a gente tem enquanto discente LGBT. (Acadêmica Rose, 2024)

As políticas de permanência na Universidade são necessárias para que os discentes LGBTQIAPN+ possam dar continuidade aos seus estudos, visibilidade e representatividade aos discentes, pois, a invisibilidade destas pessoas não deixa de ser uma forma de violência. As leis e programas são resultados de reivindicações e pautas demandadas pelos movimentos sociais, pois em suas pesquisas apontavam para pouca representação de discentes negros, indígenas, nas instituições de ensino superior, assim como os discentes LGBTQIAPN+ também fazem parte destas etnias e enfrentam barreiras históricas uma delas a exclusão social e educacional. Segunda autora Zago:

A reduzida representatividade no ensino superior por parte dos habitantes da favela pode igualmente ser verificada entre a população incluída nos níveis mais baixos de renda. Não se está falando, portanto, de “minorias”, mas de uma grande maioria excluída do sistema de ensino superior brasileiro.” [...] (ZAGO, 2006, p. 227)

Os discentes que fazem parte de grupos que possuem pouca representatividade nas instituições de ensino e com as desigualdades sociais existentes em nosso país, como é o caso das pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas podem ter seus direitos sociais negados, pela manutenção de um sistema econômico capitalista e uma sociedade patriarcal violenta que se materializa na realidade destas pessoas se mostrando cada vez mais desumana com esta comunidade.

Se tratando do acesso ao ensino superior dos estudantes de diversidade sexual e de gênero, a maior parte dos discentes não encontraram obstáculos para realizar o vestibular, mas houve aqueles que encontraram adversidades relacionadas a restrição financeira, de deslocamento até o local para a realização da prova se tratando do vestibular, outro obstáculo encontrado foi para a realização da matrícula. Esses elementos mostram a forma de desigualdade para a realização do vestibular, pois se deparam com problemas estruturais e econômicos que interferem de forma considerável na probabilidade da admissão na

universidade. A trajetória educacional dos discentes está atravessada pelas desigualdades sociais, assim esta questão social também está relacionada a renda familiar, a escolaridade dos pais, a raça dos discentes, o que demonstra que as oportunidades não são distribuídas de maneira igual.

A Universidade Federal do Norte do Tocantins promove por meio da plataforma Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios (CUBO) e o Programa de Assistência Institucional (PAI) permite que os discentes realizem cadastros para obtenção bolsas e auxílios, como auxílio moradia, alimentação, auxílio creche, auxílio apoio pedagógico. A plataforma faz parte da Pró – Reitoria de Assistência Estudantil (PROEST) é relacionada ao Programa de Indicadores (PISO) que visa avaliar a vulnerabilidade sócio- econômica dos discentes, se tratando da acessibilidade dos discentes os auxílios pelo CUBO os discentes encontram dificuldade, devido à ausência de documentação, mesmo que estejam precisando dos auxílios para dar continuidade aos estudos como relata a Acadêmica Helena:

Nunca fiz o CUBO. Nunca consegui fazer o CUBO. Por conta que eu tenho problemas com meus documentos. A imagem é uma o nome é outro. Meus pais moram no fundo da Amazônia é difícil o contato lá não pega celular, não pega internet. Ah, trabalho. não trabalho. Ah, renda. Como é que eu declaro renda? Como é que eu vou pegar o recibo de cliente? Que me pega na BR? Travesti não tem? São muitas coisas. Eu acabo que eu sou um corpo que não foi pensado no CUBO. Entendeu? O CUBO não foi pensado numa travesti. Sabe? Então, acabei que eu nunca consegui ter acesso a essas coisas na universidade. Fora isso, sempre me virei. (Acadêmica HELENA, 2024)

O relato da acadêmica Helena observa-se uma pessoa em situação de vulnerabilidade social e econômica e que não conseguiu ter acesso aos auxílios por não dispor de documentações exigidas para a efetivação do cadastro na plataforma da instituição. A inexistência do apoio financeiro compromete a sua continuidade na universidade, conduzindo a discente a procurar uma alternativa de subsistência, dessa maneira recorre a prostituição como forma de subsistência, o que demonstra as barreiras que este grupo enfrenta para o acesso a estas políticas e os impactos da burocratização sobre os discentes que se deparam em condições sociais e econômicas deficientes.

O relato de Helena mostra que mesmo que exista os auxílios necessários para a permanência dos estudantes no ensino superior, o aluno se depara com a burocracia de um sistema que não pensou nos diferentes tipos de pessoas e situações, causando invisibilização das pessoas desta comunidade. Segundo os autores (SILVA; ALMEIDA FILHO, 2021) a ausência de dados do público deste segmento em pesquisas faz com que estas pessoas continuem sendo silenciadas, o que compromete a elaboração de políticas públicas que atendam as particularidades e necessidades destas pessoas.

## 2.1 A questão LGBTQIAP+ nas instituições de educação

O relacionamento entre a família e os alunos compreende-se como ponto central no desenvolvimento pessoal e social do acadêmico, neste sentido constatou-se que a maioria dos discentes, na infância mantiveram um bom relacionamento interpessoal com amigos e familiares, vivenciaram sua infância de forma tranquila, embora, alguns discentes demonstraram indícios de sua identidade na infância, no entanto a compreensão e a afirmação sobre sua orientação sexual se consolidou na adolescência, foi no contexto escolar no ensino médio que muitos alunos passaram pelo processo da compreensão e do reconhecimento da sua orientação sexual, como relata a Acadêmica Rose:

E aí, depois disso tudo, eu tive uma mudança de escola, então minha mãe me colocou numa escola maior. E aí, nesse acesso da escola maior, eu tive acesso a outras orientações sexuais, e aí isso foi me despertando um certo interesse. Né? Diante dessa... dessa vida, né? Desse processo ali, de vivência da juventude. (Acadêmica ROSE, 2024)

A interação e a convivência entre diversos estudantes no ensino médio contribuem para o autoconhecimento, pois o espaço escolar favorece a reflexão, referências, trocas de experiências, por meio do diálogo. A interação entre a diversidade contribui para a construção da identidade dos adolescentes e de sua orientação sexual. A socialização com os colegas de distintas origens, gêneros, religião, condições econômicas, possibilita ao estudante a reflexão sobre si, confrontando compatibilidades e divergências. Segundo Louro (2000) a sexualidade não é algo pronto e acabado é algo que se constitui durante a vida de acordo com o tempo e a sociedade, ocorrendo a influência por meio das instituições, a maneira como as pessoas se veem e se identificam elas se estruturam pelas práticas e discursos sociais que aceitam.

Nas relações interpessoais entre estudantes, professores e profissionais da escola, os estudantes mantiveram uma relação predominante positiva no ambiente escolar, entretanto, alguns meninos ao ingressarem no ensino médio passaram por diversas situações de homofobia, praticados pelos colegas, sendo rotineiramente estigmatizados e rotulados como “sensíveis demais” fortalecendo estigmas de gênero e sexualidade. Em relação as meninas, reconheceram sua orientação sexual também no ensino médio, porém, tiveram menos momentos de intolerância em comparação aos meninos, pois, dentro de uma sociedade heteronormativa a masculinidade é monitorada porque se espera que o sexo masculino cumpra com papéis convencionais, quando o homem expressa condutas homossexuais ele afronta a sociedade heteronormativa hegemônica se transformando em alvo de repulsa e opressão. Segundo os autores Prado e Machado (2008 , p. 67) “o preconceito social é compreendido como um dos elementos essenciais de estabilidade de hierarquia entre grupos sociais e validação de inferiorização na sociedade e que se materializa como violência e ódio de um sobre outro”.

Nesse sentido os fatos demonstram a complexidade existente no espaço escolar ao mesmo tempo que pode ser um ambiente espaço acolhedor também pode se tornar um ambiente que reproduz práticas discriminatórias. A questão LGBTQIAPN+ nas instituições ensino envolvem muitos obstáculos, assim como se desenvolveram várias medidas de inclusão provendo um ambiente acolhedor e seguro para os estudantes em ambientes educacionais. Ainda que tenham sido tomadas, medidas contra o preconceito nas escolas e universidades a discriminação pode ocorrer de forma explícita ou de maneira implícita. De acordo com FERREIRA, Cristiano; FERREIRA, Sandra (2015, p.107):

Nesse sentido, a sociedade que, no âmbito da sexualidade, tem como “correto” apenas um modelo de conduta, o heteronormativo, em geral, impele o sujeito homossexual, assim como os demais que fujam dessa norma de conduta a serem tolhidos e violentados em sua maneira de ser. E a escola, como instituição social, é reprodutora dessa normalização e a produz. Assim, o aluno homossexual afeminado pode vir a ser violentado cotidianamente pelos professores/as, alunos/as, coordenadores/as, gestores/as que não têm formação para respeitar a diversidade sexual e de gênero, ou até mesmo são intolerantes.

As medidas legais tomadas contra o preconceito e a discriminação aos alunos LGBTQIAP nas instituições educacionais visa permiti a igualdade e a permanência no espaço educacional, estas medidas estão baseadas na constituição de 1988, no art. 5 e art. 206 no qual está expresso que a educação deve ser oferecida com base na igualdade de condições, de acesso e permanência.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/90) fortalece o direito e a proteção no combate à discriminação e o dever da instituição assegurar o respeito e a dignidade. A Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/96) institui que a educação deve formar para a cidadania que compreenda a convivência social sem exclusão. Em 2019 a decisão do Supremo Tribunal Federal (STJ) caracteriza a homofobia e a transfobia como crime de racismo (Lei 7.716/89), condutas de preconceito e discriminação constitui responsabilização legal. O Ministério da Educação (MEC) direciona as instituições de ensino para que assumam ações de inclusão como o nome social, campanhas educativas e regimentos internos.

A LGBTFOBIA que consiste no sentimento de julgamento ou ação de inferiorização, violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual, quando cometidas em ambientes educacionais podem atrapalhar o processo de aprendizagem e a saúde mental destes estudantes. Para Ramos et al (2016 p. 14) “é muito comum se ouvir que tais ataques não seriam uma forma de violência porque seriam “brincadeiras inocentes” ou decorrerem da liberdade de expressão, ou mesmo da liberdade religiosa ou moral de reprovação de práticas sexuais”. (RAMOS, et al 2016, p. 188). Pois em muitos grupos ou espaços de convivência como a universidade, o preconceito muitas vezes não virá de forma explícita. E ainda que tenham os mesmos direitos

como qualquer outra pessoa, não conseguem usufruir destes direitos por causa da discriminação e hostilidade presente nestes ambientes.

Nas instituições educacionais são reproduzidas regras e valores o que seria normal para a sociedade, portanto, os que não compartilham das mesmas normas são considerados transgressores, assim, os alunos LGBTQIAP+ passam a ser hostilizados e invisibilizados. Segundo Ramos et al (2016) o espaço escolar recebe alunos homossexuais, mas não os aceita plenamente, pois determina o comportamento considerado normal pela sociedade e busca fazer com que este comportamento heteronormativo se torne padrão, moldando comportamentos dos alunos no espaço escolar, controlando a liberdade de manifestar a sua sexualidade. Para Louro (2000, p. 11) “nas escolas brasileiras foram ensinadas as disciplinas escolares foi ensinado a obediência, a pedir licença e desculpa e ter o comportamento adequado ensinamentos e informações que foram repassadas por grandes imposições e supervisão”. O ambiente escolar também tem o compromisso na formação de uma identidade de gênero e contribuição na formação de um corpo adequado para convívio social. Segundo Louro:

As sociedades urbanas, no entanto, ainda apostam muito na escola, criando mecanismos legais e morais para obrigar que todos enviem seus filhos e filhas à instituição e que esses ali permaneçam alguns anos. Essas imposições, mesmo quando irrealizadas, têm consequências. Afinal, passar ou não pela escola, muito ou pouco tempo, é uma das distinções sociais. Os corpos dos indivíduos devem, pois, apresentar marcas visíveis desse processo; marcas que, ao serem valorizadas por essas sociedades, tornam-se referência para todos. (LOURO, 2000, p. 13)

No contexto universitário, percebe-se que o espaço mais frequentado, além da sala de aula é o espaço de convivência. Em relação ao relacionamento entre os discentes e profissionais a maior parte dos acadêmicos demonstram relações respeitadas e cortês com professores e técnicos administrativos da instituição, no entanto, alguns relataram que vivenciaram preconceito entre os colegas, manifestando-se de forma direta e indireta, como relatam os acadêmicos: “Ataque direto de preconceito, não sofri. Mas já aconteceu de por exemplo, alguém fazer piada muito homofóbica na sala de aula e, às vezes, não ser repreendido por isso”.(Acadêmico CARLOS, 2024)

O fato em que um acadêmico sofre situações preconceito em sala de aula sem que haja uma providência por parte da instituição, não demonstra somente um conflito interpessoal, mas um problema estrutural que naturaliza o preconceito reforçando um espaço universitário excludente.

Uma vez com um rapaz na fila do RU, a gente estava na fila conversando com uma amiga minha e ele a conheceu. Eu não lembro muito bem o contexto, mas ele virou para mim e me chamou de veadozinho e eu falei para ele que eu não gostava de ser chamada desse termo e ele falou: Ah, mas vocês não são. E aí eu simplesmente saí. (Acadêmico HENRIQUE, 2024)

Nesse sentido constata-se que a relação institucional possui aspectos positivos predominante entre docentes e discentes e técnicos administrativos, mas também a insistência da hostilidade e da intolerância em diversos níveis, seja de forma direta ou indireta no nível interpessoal entre discentes, com comentários homofóbicos em nível subjetivo, onde os estudantes, manifestam a sensação de receio e de exclusão. Para Louro (1997) a heteronormatividade estrutural nas instituições educacionais colabora para a hostilização e a ocultação das identidades não- heterossexuais, afetando a trajetória acadêmica desses sujeitos. Diante da heteronormatividade na sociedade, é imprescindível que a homossexualidade se torna norma social e cultural, impondo comportamento e aguardando condutas apropriadas nas instituições educacionais, isto faz com que diferentes identidades não-heterossexuais sejam ocultadas se tornando invisíveis, dessa forma causa impacto negativo na trajetória acadêmica dos estudantes.

### **3. UFNT, Trajetória e Diversidade**

A universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT é uma instituição pública que atua na formação acadêmica e cidadã dos seus discentes. Possui um ambiente acadêmico que fomenta a diversidade de identidade, culturas, gênero, etnias e orientações sexuais, pois, ensino superior por muito tempo foi limitado a classe mais alta da sociedade brasileira, decorrendo a discriminação de outros grupos, como as pessoas LGBTQIAPN+ e discentes e classe popular.

#### **3.1 Universidade Federal do Norte do Tocantins**

O início da história da Universidade Federal do Norte do Tocantins está relacionado a Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Araguaína (Facila), instituída pelo decreto nº 2.413 em 1984. Em 1990 houve uma ampliação com a criação a Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, mas no ano de 2003 foi transferida a sua organização para a Universidade Federal do Tocantins.

O movimento de profissionais e estudantes da área da educação impulsionou a criação e implantação de uma universidade federal na região, visando a inserção de novos cursos e o desenvolvimento econômico e social na região. Foi elaborado um Projeto de Lei (PL 5274/2016) que prenunciava o nascimento da UFNT.

Com a tramitação nas comissões legislativas a proposta se modificou em lei de criação, a Lei 13.856/19 deu origem à Universidade Federal do Norte do Tocantins sancionada pelo presidente da época Jair Bolsonaro e publicada no diário oficial da União em 9 de junho de 2019. Com a transferência da UFT para UFNT a estrutura física e a administração dos polos de

Araguaína e Tocantinópolis incluindo o Hospital Universitário de Doenças Tropicais HDT pertenciam a UFT passaram a pertencer à UFNT.

E no interior do campo acadêmico encontramos diversidade de pessoas, culturas e saberes diferentes. Entre a diversidade estão os grupos de pessoas minorizadas que lutam historicamente contra os obstáculos e para o desenvolvimento social econômico, fazem parte destes grupos os acadêmicos LGBTQIAP. Nesse sentido as Ações Afirmativas tem o compromisso de reparar as desigualdades estruturais, além, de aumentar o acesso e fazer com que os alunos tenham condições de dar continuidade e concluir o curso. Entre a principais ações estão o sistema de cota raciais e sociais, os programas de assistência estudantil, o incentivo a pesquisa, a valorização de saberes que colaboram para enriquecimento da universidade como um espaço democrático.

### **3.2 Ações afirmativas para os discentes LGBTQIAP+ na Universidade Federal do Norte do Tocantins**

As ações afirmativas são políticas públicas que buscam enfrentar as discriminações e possibilitar igualdade de oportunidade na educação para discentes de grupos considerados minorizados. Desta forma combater as desigualdades sociais que estes grupos enfrentam. As ações afirmativas são instituídas mediante cotas, bolsas de estudos e empréstimos. A lei nº 12.711/12, Lei de Cotas é um marco legal que reserva 50% das vagas em instituição de ensino superior para alunos de escolas públicas, considerando os parâmetros de renda, raça e etnia. Em 2016 é reconhecida a legitimidade da lei de cotas e sua constitucionalidade. Em 2023 a lei de cotas sofreu alterações pela Lei nº 14.723/2023 instituindo vagas para estudantes de escolas públicas, como recorte de renda familiar; pessoas pretas, pardas e indígenas; quilombolas; e pessoas com deficiência.

Nota-se que poucos discentes participam de programas como Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) e Alvorecer oferecidos pela universidade e não recebem bolsa e somente alguns fizeram parte do movimento acadêmico. Se tratando do apoio psicológico para os acadêmicos, embora, universidade possua ações de apoio psicológico aos discentes, alguns tem dificuldade de acesso ao serviço pela falta informação adequada, assim, a discente Rose menciona a importância do apoio psicológico aos estudantes :

Acho que é um ponto Importante esse apoio psicológico. É importante que se tenha essa política enquanto uma política institucional de permanência na universidade que se entenda isso também não no sentido de bolsa e do dinheiro, mas no sentido psicológico, emocional. É fazer com que esses estudantes se sintam parte da

universidade, é um ponto muito importante de entender a violência, muitos passam por tanta violência na vida que aquilo ali é só mais um então passa até despercebido e muitos nem entendem que aquilo também é uma violência. (Acadêmica ROSE, 2024)

Se tratando do apoio psicológico na universidade e essencial para o desenvolvimento acadêmico, assim como para o bem-estar, ao ofertar locais de escuta, orientação e colhimento as instituições educacionais colaboram para a trajetória acadêmica mais saudáveis e para o incentivo da permanência na universidade. Conforme Zago (2006), os discentes da classe trabalhadora deparam-se não somente com adversidades acadêmicas, mas também com problemas emocionais que afetam a continuidade no ensino superior, assim o suporte psicológico por parte da universidade pode ser uma forma de mecanismo de superação dessa barreira.

A escolha do curso superior pelos estudantes LGBTQIAP+ nem sempre foi de maneira independente e está condicionada a diferentes fatores, para alguns a opção foi baseada no interesse pessoal de fazer o curso e a identificação, outros a escolha estava relacionada com uma boa área para o mercado de trabalho e a possibilidade de desenvolvimento profissional, há ainda aqueles que a opção é vista como alternativa para ampliação de relações interpessoais ou porque a nota não dava para passar em outro curso e até mesmo por pressão familiar para entrar na faculdade e também inspirado por professores do ensino médio. Como relata o acadêmico Carlos:

É eu sempre fui do tipo que gosta de tudo que começa a estudar a fundo. E se eu não fosse escolher a psicologia eu queria pegar outra matéria que eu gostasse muito na escola. E essa matéria é a Química. Eu acabei pegando Química tanto por isso quanto por terem me falado que seria uma área muito boa para o mercado de trabalho e coisa do tipo. Mas na época que eu entrei eu não gostei de fazer licenciatura. Hoje eu já vejo de forma diferente. (Acadêmico, CARLOS, 2024)

O ensino superior representa para os discentes a oportunidade de uma formação profissional e a inclusão no mercado de trabalho, além de proporcionar ao discente uma realização pessoal, principalmente para aqueles que fazem parte de grupos que historicamente foram subalternizados, pois, para eles representa a conquista e pertencimento, além do ensino superior assumir o papel transformador na vida destes discentes. Para Zago (2006, p. 231):

O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação.<sup>13</sup> Essa observação suscita uma reflexão sobre o que normalmente chamamos “escolha”. Quem, de fato, escolhe? Sob esse termo genérico escondem-se diferenças e desigualdades sociais importantes.

O ensino superior é compreendido pelos estudantes como um meio de ascensão social e inserção em um mercado de trabalho competitivo, porém ao analisar as situações reais, a

escolha do curso sempre cai em cursos que são menos concorridos, pois o termo “escolha” pode estar omitindo as diferenças e desigualdades sociais”. Autora argumenta que a escolha do curso deve ser levado consideração as condições materiais e sociais em que os alunos estão inseridos. Constatase que a escolha do curso não é um processo totalmente autônomo, mas sim condicionado por fatores externos o que revela que a noção de “escolha” é atravessada por desigualdades estruturais. Assim, o termo “escolha” precisa ser problematizado, uma vez que nem todos os indivíduos possuem as mesmas oportunidades para decidir livremente sua trajetória acadêmica.

A Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas (DAEP) e o órgão integrado à Reitoria da Universidade Federal do Norte do Tocantins, tem como objetivo promover a permanência dos discentes na universidade por meio das políticas ações afirmativas de acessibilidade, diversidade e equidade assim como também a Coordenação de Gênero e Diversidade (COGED) cujo o objetivo é acompanhar a permanência dos discentes da diversidade sexual e de gênero na implementação e execução de ações de promoção para este público.

Na primordialidade de garantir o acesso e a permanência das pessoas transsexuais e travestis e todas as pessoas de identidade cisgênero que não são acolhidas e respeitadas em distintos espaços a DAEP lança o edital de nº 35/2024 do processo seletivo para o auxílio emergencial TRANS- formador. O programa tinha a função de estabelecer as políticas de apoio aos discentes de identidade transgêneros, os estudantes contemplados receberam a bolsa de R\$400,00 com a vigência de dois meses.

O edital que previa a concessão de bolsas para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo gerava críticas em parte da sociedade que contestava a legalidade e a necessidade da medida, distorcendo os fatos e propagando notícias sensacionalistas nas rede sociais, colaborando para percepções equivocadas sobre a política institucional dando a entender que o discente receberia o valor de 5.600,00 ( cinco mil e seiscentos reais), pois, na verdade o valor da bolsa correspondia a 400,00 ( quatrocentos reais) beneficiando 7 (sete) estudantes pelo período de dois meses.

Contudo as iniciativas devem ser entendidas no campo das políticas afirmativas como ação que visa diminuir as desigualdades sociais existente ao longo do tempo e que atingem diretamente o público LGBTQIAPN+. Conforme observa Silva (2022) as ações afirmativas na universidade não representam privilégios, mas sim medidas corretivas que fomentam a justiça social cooperando para uma sociedade justa e diversa, deste modo as ações afirmativas combatem a exclusão, as bolsas representam um aparato de equidade, cujo sentido e dar o que

cada pessoa precisa para que ela possa ter as mesmas oportunidades alcançando a igualdade, respeitando as diferenças e necessidades de cada pessoa. Nesse sentido as ações afirmativas operam como instrumento de resistência dos discentes LGBTQIAP+ na universidade, porque se entrelaçam como manifestações de lutas pela identificação de ser quem são, pela igualdade de oportunidade e mudanças nas práticas pedagógicas.

### **3.3 Os discentes LGBTQIAP+ e os processos de resistência na Universidade Federal do Norte do Tocantins**

A universidade compreende-se também pelo espaço de vivência de vários grupos que constroem relações sociais, sendo local de mobilização política destes grupos, de construção de conhecimento, de produção científica, além de ser um lugar que ocorre relações de poder e que se torna campo de luta para diversos grupos. Conforme Bourdieu e Passeron (1975, p. 19)

“Todo poder que chega a impor significações e ao impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.”

Os autores evidenciam que o poder das instituições não vem somente de forma opressiva, explícita. Ele se expressa de maneira simbólica por meio de um conjunto de valores, conhecimentos, são considerados como autênticos de forma natural, onde não é perceptível as desigualdades ocultas. Nas instituições educacionais isto se representa na realidade dos espaços escolares, onde os discentes que possuem maior capital cultural, maior privilégio, assim, acentuam a posição de grupo dominante, causando a reprodução das desigualdades sociais, reforçando padrões culturais como universais.

Nesses espaços universitários são produzidas as relações interpessoais entre professores, alunos e colaboradores que interagem com pessoas de diferentes opiniões, de características diversas que pode tornar o ambiente acadêmico um local de tensão. E neste local permeado de lutas e tensões que os acadêmicos LGBTQIAP+ são inseridos em busca de capital cultural, visto que atualmente a universidade também ainda reproduz o pensamento conservador, heteronormativo e patriarcal que persiste em existir na sociedade. Segundo Bourdieu (1983), o capital cultural é um tipo de recurso social que simboliza o conjunto de conhecimentos, habilidades, disposições e títulos escolares que a pessoa conquista por intermédio de educação familiar e institucional.

As principais formas de resistências encontradas pelos estudantes no enfrentamento da violência e exclusão na Universidade Federal do Norte do Tocantins foi constituição da rede de apoio, geradas por amigos e familiares, pois, as redes de apoio atuam como local de proteção e

acolhimento contra a violência que esta interiorizada na estrutura da sociedade. Como relata a acadêmica Marcela:

Eu me ancoro muito na minha base, né, na minha base de aprendizagem, porque eu estou muito ativa, um abraço familiar, então minha mãe me ajuda muito psicologicamente, então ela me apoia muito com palavras, com incentivo para eu continuar independente de tudo e me ancoro muito nas minhas amizades e tento ver o lado positivo disso. (Acadêmica MARCELA, 2024)

A trajetória dos discentes LGBTQIAPN+ e a acentuada por adversidades que vão desde o preconceito implícito a falta de políticas que trate das particularidades destes estudantes, neste sentido o acolhimento familiar assume a função de base emocional, contribuindo para uma autoimagem positiva e para o prosseguimento aos estudos, fomentando também a resistência destes alunos diante dos entraves sociais e institucionais. Conforme Souza e Alves de Alves (2024), ressalta que o acolhimento familiar, de amigos e nas instituições educacionais tem grande influência no processo de constituição da identidade sexual dos sujeitos. Desta maneira, o apoio familiar não somente desenvolve o bem-estar emocional, mas também firma o combate as discriminações, possibilitando que os discentes LGBTQIAP+ afirmem suas identidades e resistam à exclusão presentes na universidade.

Está na universidade em um curso de ensino superior e se apropriar de conhecimentos, para alguns já é um ato de resistência, porque vieram de grupos historicamente subalternizados que fazem parte também de uma classe social popular. Buscar conhecimento é reafirmar sua presença e se legitimar no espaço acadêmico. Como relata a acadêmica Ana:

Os mais invisibilizados, que menos conseguem acessar espaço de poder. Então, a minha resposta para todo esse cenário, para toda essa disputa, essa barganha, é poder manusear as mesmas as mesmas armas que os meus que eu chamo dos meus manipuladores, mas eu tenho que explicar isso. Por que quem tem autoridade aqui? O professor, entendeu? É diretor disso? É reitor? O que esse povo tem em comum? Esse povo tem uma dicção O que esse povo tem? Esse povo tem formação. O que esse povo tem? Esse povo, eles produzem o tempo todo conhecimento. Esse povo é qualificado. Então, a partir do momento que eu também vou me qualificando, a partir do momento em que eu também vou alcançando formação, a partir do momento em que eu domino linguagem, a partir do momento em que eu consigo falar bem tanto quanto eles, a partir do momento em que eu consigo me integrar nos espaços que eles também integram, dessas mesmas forças que eles manuseiam, eu consigo além de me aproximar, obviamente, parece que isso me dá mais segurança. Então, a minha estratégia é essa. Para mim, me assegurar como uma pessoa, para mim, me validar diante de uma sociedade que me desqualifica e me empurra para as mazelas, me empurra para beira da pista, é dominando isso que eles têm. ( A acadêmica ANA, 2025)

A existência de discentes transsexuais na universidade poder ser interpretada como uma manifestação radical de resistência política, em um local que historicamente é constituído para segregar, silenciar e deslegitimar corpos transgêneros. Ao adquirir conhecimento acadêmico, nesta conjuntura, não é um direito neutro mais uma estratégia consciente de combate a heterocisnormatividade que penetra nas práticas institucionais, nas grades

curriculares dos cursos de graduações e nas relações de poder no interior da universidade. Ao se apropriar e produzir conhecimento a discente reivindica e legitima saberes e enfrenta diretamente a lógica que relaciona as pessoas transgêneros a subalternidade e a marginalidade, assim a trajetória acadêmica se caracteriza como um ato político coletivo, na medida que confronta o projeto supressivo da educação superior e demanda a universidade como um local de disputa, de produção de saberes por corpos historicamente subalternizados.

Ocupar a universidade e produzir novas expectativas de saberes e vivências que desafiam a sabedoria tradicional e torna o espaço diverso, assim como desafiam as desigualdades sociais é histórica que por muito tempo o ensino superior no país era limitado a elite, assim, também quebrando a barreira estrutural e reitera o direito a educação. De acordo Santos (2018) “A universidade, ao reconhecer e valorizar a diversidade sexual, torna-se um espaço de resistência, onde o conhecimento é ferramenta de afirmação e empoderamento.”

“As identidades sexuais e de gênero são produzidas nas relações sociais, nas práticas discursivas e nas instituições, e, portanto, estão sempre abertas à contestação e à transformação.” (LOURO, 1997, p. 25)

Neste sentido Louro argumenta que as identidades sexuais e de gênero são criadas das relações sociais e de forma argumentativas nas instituições, não são prontas e acabadas porque elas são produzidas socialmente, a maneira que cada um expressa seu gênero e sexualidade resulta das relações sociais e de discursos da sociedade do qual ela pertence, assim, as instituições influenciam intensamente na construção destas identidades, mas elas podem ser questionadas rompendo padrões. Nesse sentido a afirmação dos discentes na universidade simboliza resistência porque questionam normas e regras que predominam na sociedade e trazendo maneiras atuais de entender a diversidade no espaço acadêmico.

Quando perguntados como idealizam uma educação de qualidade para os discentes LGBTQIAPN+ na universidade, os discentes almejam uma educação fundamentada em valores humanista e inclusivos e que garanta a liberdade de ser e existir em sua integridade. Como relata acadêmica Lara:

Acho que a educação que eu imagino é uma educação, uma educadora libertária, é uma educação que ela vai para todos mesmo, é uma educação pensada para mim LGBT, para mim mulher, para mim preta, para mim PCD, para mim indígena, entendeu? Existem, sim, suas especificidades e são as especificidades que devem ser pensadas para que a educação chegue para todo mundo, entendeu? E não há... Não tem fazer o quê? Ah, não dá para botar essa pessoa por quê? Ah, é autista, não tem como. Não, tem que ter como. Entendeu? Tem que ter como. É procurar, é solucionar, é repensar. Ah, essa educação não está válida, então tem que ser reinventada essa educação. Então, para mim, é isso. (Acadêmica LARA, 2024)

Nesse sentido os alunos buscam uma educação que reconheça suas vivências, suas particularidades e a valorização de diversas identidades de gênero e sexualidade. Para Freire

(1996) ensinar não é repassar conhecimento e sim criar oportunidade para sua própria constituição. Nesse contexto ensinar não transmitir conteúdo, mas desperta no aluno o pensar, questionar para que possa produzir o próprio saber a partir de suas vivências, o que inclui o respeito as diferenças.

Em relação aos projetos de vida e perspectivas futuras dos estudantes após a universidade percebe-se a busca por ascensão social. Entre os objetivos mais mencionados destacam-se aprovação em concurso público, exerce a profissão para qual se formou, a construção da casa própria e o ingresso em programas de pós-graduação. Tais metas demonstram o desejo de alcançar a estabilidade econômica, mas também a superação de barreiras estruturais. Como relata acadêmica Lara:

Claro que não depende só de mim, mas não é muito grande, não. Talvez tenha sido desafiador para mim, como mulher trans, dizer que eu quero ser uma professora. Mas eu acredito que, se for olhar a maioria dos sonhos, vontade não é uma coisa extraordinária, não. Eu quero poder educar, eu quero ensinar. Eu quero mudar o imaginário social que eles têm sobre os corpos trans e travestis. E a gente pode ser professora também. (LARA, 2024)

Estes projetos não se limitam somente a ascensão profissional, mas a vontade de manifestar sua afirmação identitária e de sobrevivência após os desafios enfrentados na trajetória acadêmica. Bento (2017) afirma que a resistência da população LGBTQIAP+ “é um modo de existir, de afirmar-se diante de uma sociedade que tenta, constantemente, negar-lhes humanidade e direitos.” Desta forma, a universidade se mostra como um local imprescindível para realização não apenas intelectual, mas também cidadã, onde os acadêmicos LGBTQIAP+ validam sua resistência e criam caminhos possíveis para o futuro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nas discussões apresentadas ao longo deste estudo, observou-se que embora tenha ocorrido avanços se tratando dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ ainda não há uma lei que trate das suas particularidades, desta forma as políticas educacionais, assim, como as políticas de permanência que a asseguram a inclusão dos discentes das classes populares, não contemplam de forma integral as demandas complexas dos estudantes LGBTQIAPN+, porque, trata-se de discentes com trajetórias marcadas pela exclusão e desigualdades, portanto, suas vivências incluem dimensões de vulnerabilidades que ultrapassam o âmbito econômico, abrangendo elementos identitários, emocionais e sociais que atingem de forma contundente a permanência destes alunos na universidade. De acordo com C. Ferreira e S. Ferreira (2015) É preciso refletir sobre estratégias de permanência desde cedo para estes estudantes e para outros grupos que estão a margem de vulnerabilidades social e econômica e que por isso não tem suas especificidades respeitadas, para que não sejam também

rejeitadas e que consigam prosseguir com seus estudos. Assim é essencial que tenha políticas institucionais que contemplem a valorização da diferença e que auxilie na luta contra a LGBTFOBIA.

É importante mencionar que os discentes vivenciam uma transição complicada ao sair de outra cidade, do ambiente familiar para universidade onde se contrastam com as expectativas familiares e seus próprios projetos pessoais relacionados a identidade de gênero, onde o aluno precisa aprender a negociar a convivência e a interação entre o seu eu individual e as expressões de sua identidade em um local que pode ser tanto de acolhimento como de exclusão.

Mesmo diante dos avanços legais e normativos que combatem a discriminação nas instituições educacionais, contra as pessoas LGBTQIAPN+, o preconceito ainda persiste nos espaços educacionais por diversos motivos, pois, a sociedade herdou e foi instituída sobre valores, patriarcais, heteronormativo que determinaram uma visão singular sobre gênero e sexualidade que refleti dentro da escola e da universidade. Falta de formação e sensibilidade dos profissionais, porque, não recebem formação adequada, e é preciso que haja mais ações concretas para que as leis se materializem na realidade dessas pessoas, ainda há nas escolas resistência a diversidade, onde a pauta LGBTQIAPN+ é vista como uma pauta polêmica ou ideológica. Berenice Bento (2006) destaca que a escola pode ser o lugar onde os corpos dissidentes encontrem não o olhar da punição, mas o olhar do reconhecimento, a autora argumenta sobre a importância da valorização da pluralidade nas instituições educacionais como forma de combate ao silenciamento, pois silenciar a população LGBTQIAPN+, pode ser vista como mais uma forma de violência contra estas pessoas.

É importante pensar que ações afirmativas tem um papel fundamental na amplificação do acesso ao ensino superior, porém, quando se trata dos discentes LGBTQIAPN+ percebemos que ainda há lacunas consideráveis no que diz respeito a efetividade das políticas e da continuidade dessas pessoas na universidade, onde resistem cotidianamente a hostilidade no ambiente educacional que nem sempre identifica e valoriza sua trajetória e seus conhecimentos, e dessa forma também a vivência dessas discentes acaba sendo um gesto político e de transformação social.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20/10/2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 28 jan. de 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 28 de jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 28 de jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023]. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar o crime de injúria racial como crime de racismo. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 12 jan. 2023. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 28 de jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984. Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jun. 1984. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2124-13-junho-1984-370829-norma-pe.html>. Acesso em: 28 de jan. 2026.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 5.274, de 2016**. Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Brasília: Câmara dos Deputados, [2016]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084354>. Acesso em: 28 de jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.856, de 8 de julho de 2019. Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 130, p. 1-2, 9 jul. 2019. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 28 de jan. 2026.

**BRASIL.** Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 28 jan. de 2026.

BRASIL, Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, A lei descreve suas alterações na Lei nº 12.711/2012 e os grupos beneficiados, como estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, além daqueles que cursaram o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**, 14 nov. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm) . Acesso em: 28 jan. de 2026.

FERREIRA, Cristiano Cavalcante; FERREIRA Sandra Patrícia Ataíde. **Vivências Escolares de Jovens Homossexuais Afeminados: Estratégias de Resistências e Permanência. Tópicos Educacionais.** Recife, v. 21, n. 2, Jul/dez 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Jean Cloude de Sousa; VIANA, João Paulo Texeira; SENA, Ana Karlany. **Território do Medo: Narrativas de alunos (as) LGBT'S no ambiente escolar.** DOI: 10.46943, VIII. CONEDU. p. 01-18, 2022.

JESUS, Weverton Santos de; LIMA, João Paulo Mendonça. **Pesquisa de Ensino de Química I e II.** São Cristóvão- SE. CESAD, 2012

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientação sexual e identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília: Edição da Autora, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogia da sexualidade**". 2ª ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

NASCIMENTO DE SOUZA, Ludymila; ALVES DE ALVES, Daniela. **Narrativas de vida de estudantes LGBTQIA+.** Diversidade e Educação, v. 12, n. 1, p. 322-347, 2024.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; FREDERICO, Viana Machado. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade.** V.6. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Luiz M. V.; ALMEIDA FILHO, Naomar. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas perspectivas para a saúde pública.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n.9, p. 4059-4064, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n9/4059-4064/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, L. S. **Ações afirmativas e ingresso no ensino superior brasileiro: um breve panorama.** *Revista Perspectivas Sociais*. Pelotas-RS, v. 4, n. 2, p. 58-85, nov./dez. 2022.

SANTOS, Jailson Batista. **Estudantes LGBT no âmbito universitário: da permanência à resistência.** SANTOS. *Anais V CONEDU...* Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47341>>. Acesso em: 04/09/2023 21:12

RAMOS, Marcelo Maciel; *et al.* **Gênero, Sexualidade e Direito: Uma introdução.** Belo Horizonte. Inicia Via, 2016.

ZAGO; Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** *Revista Brasileira de Educação*. Santa Catarina- SC v. 11 n. 32, p. 01-13, maio/ago. 2006.

## **ANEXO A- ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**TEMA:** A trajetória socioespacial dos acadêmicos LGBTQIAPN+ em cursos de graduação e as adversidades de permanência na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) campus Araguaína- TO.

**TIPODE ENTREVISTA:** Semiestrutura

**Objetivo:** Compreender as adversidades de permanência na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) campus Araguaína- TO.

**Perguntas orientadoras**

**Nome:**

**Idade:**

**Gênero no qual se identifica:**

**Qual sua orientação sexual:**

### **1. O primeiro ponto abordado na entrevista será:**

**Falar sobre a infância e a juventude**

Fale sobre a convivência familiar e amigos na infância e juventude

### **2. Trajetória escolar até chegar na UFNT**

Estudou na escola pública ou privada?

Como era o relacionamento interpessoal entre você os professores, servidores e estudantes?

Teve alguma situação de homofobia, lesbofobia, transfobia ou bifobia? Relate.

### **3. Ingresso na Universidade**

Teve algum obstáculo para realizar o vestibular ou outro processo seletivo (ENEM/SISU)?

Por que escolheu o curso?

### **4. Vivência na Universidade Federal do Norte do Tocantins**

Como é a relação entre você os professores, servidores técnicos-administrativos e discentes da universidade?

Faz parte de algum programa de pesquisa, projeto como: PIBID, Alvorecer estágio não-obrigatório? Recebeu alguma bolsa?

Participa do movimento acadêmico?

Há algum espaço da faculdade que você frequenta rotineiramente ?

**5. A questão LGBTQIAP+ na UFNT**

Como você acha que é percebida, ou percebido enquanto discente LGBTQIAP + no espaço da Universidade? Você percebeu um tratamento diferente por ser LGBTQIAP+?

Já sofreu preconceito na Universidade, se sim? Onde aconteceu?

Você recebeu apoio psicológico na instituição?

Que forma você enquanto discente encontra para resistir as possíveis dificuldades encontradas no decorrer do curso?

A Universidade possui política de apoio ao discente LGBTQIAP+? Você conhece alguma? Já participou no caso de existência?

Como você idealiza uma educação de qualidade para a comunidade LGBTQIAP+ ?

Quais seus sonhos e projetos após a Universidade?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA-TO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

Prezado(a)

A pesquisadora Cleiciane Santos da Silva convida você a participar da pesquisa intitulada “**A TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL DOS ACADÊMICOS LGBTQIAP+ E AS ADVERSIDADES DE PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS (UFNT) CAMPUS ARAGUAÍNA**”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Este estudo tem objetivo compreender a trajetória socioespaciais e as adversidades de permanência da comunidade LGBTQIAP+ no espaço acadêmico da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) entre os anos de 2019 e 2024, visto que é uma comunidade vulnerável socialmente e que enfrenta diversos obstáculos para sobreviver na sociedade, além disso é importante problematizar os desafios encontrados na trajetória socioespacial destes discentes e compreender os processos de resistência destes, visando contribuir na construção dos interesses desta comunidade no ambiente do qual fazem parte.

A entrevista será gravada o seu conteúdo será analisado e transcrito para que não perca nenhuma informação. A pós a transcrição da entrevista gravação será destruída. Será garantido o direito de não querer ou desistir de participar da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Esta pesquisa é isenta de riscos previsíveis à sua saúde ou qualquer ou violação dos seus direitos. se você se sentir incomodada com alguma questão em relação a temática e sinta

desconforto emocional, sinta-se livre para recusar-se a responder as questões, a interrupção da entrevista não trará nenhum prejuízo pessoal ou acadêmico para a pesquisadora.

A pesquisa segue as exigências éticas legais para a realização de pesquisas com seres humanos. Você não terá nenhum ônus ou ganho financeiro por participar dela. Os gastos necessários para a sua participação serão assumidos pelas pesquisadoras. Os benefícios que a pesquisa pode gerar dizem respeito a contribuições teórico-práticas para diferentes áreas de conhecimento, sobretudo os campos da saúde e das políticas na sociedade.

Qualquer informação relacionada a pesquisa será direcionada a discente e pesquisadora Cleiciane Santos da Silva pelo cel.: (63)992734991 ou email: cleiciane.silva@ufnt.edu.br. Uma via deste Termo de Consentimento ficará com você e isso possibilitará que você entre em contato com as pesquisadoras em qualquer situação relacionada à sua participação ou quando julgar necessário pelo Endereço: Universidade Federal do Norte do Tocantins, Av. Paraguai, s/nº, Setor Cimba, CEP:77823 -838 - Araguaína – TO e Email: [historia@ufnt.edu](mailto:historia@ufnt.edu) . Outra possibilidade é a de entrarem contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins, Av. NS 15, 109 Norte Prédio do Almojarifado- Campus Palmas - Bairro: Plano Diretor Norte, CEP: 77001-090 Palmas- TO. Telefone (63) 3232-8023. As informações da pesquisa serão utilizadas apenas para fins relacionados à presente pesquisa e, sua identidade será sempre mantida em sigilo, sobretudo na divulgação ou publicação dos resultados.

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

Araguaína-TO, de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa